

Guaranis Missioneiros e Estratégias Familiares em um Contexto de Dispersão (Capela de Santa Maria, 1814-1845)

Max Roberto Pereira Ribeiro¹

Desde a segunda metade do século XVIII, os povoados que formavam os 30 povos das missões jesuítico-guaranis, espalhadas em territórios hoje pertencentes aos atuais Brasil, Argentina e Paraguai, vinham sofrendo um processo gradativo de desagregação. Estes territórios pertenciam à Coroa Espanhola que, em 1767, determinou a expulsão dos padres jesuítas daqueles povos. A partir daí, os guaranis que lá viviam, gradualmente, passaram a abandonar aquele espaço, tomando como destino rumos diversos (WILDE, 2001).

A situação ficou ainda mais dramática para as povoações que existiram na margem oriental do rio Uruguai – região anexada aos domínios da Coroa Portuguesa, em 1801 –, obrigando os guaranis a posicionarem-se de forma variada dentro de uma conjuntura de grandes instabilidades institucionais. Esta situação se mostrou crônica nos anos que se seguiram após a conquista luso-brasileira. Muitos destes índios escolheram passar para lado português. Isso, no entanto, já ocorria desde o fim da *Guerra Guaranítica* (1753-1756), fruto das estratégias de atração destas populações por parte da Coroa Portuguesa (GARCIA, 2007).

Alguns destes guaranis foram trasladados dos domínios espanhóis para o lado português, sendo posteriormente alocados em aldeamentos onde se tentava impor sobre eles um projeto integracionista e civilizatório aos moldes portugueses.² Porém, também, existiram outros aldeamentos que não eram oficializados, ao que tudo indica. É o caso da aldeia de guaranis das missões que existiu no povoado depois Capela de Santa Maria, na primeira metade do século XIX, que se localizava a época na Fronteira do Rio Pardo, atual região central do estado do Rio Grande do Sul.³

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista CNPq.

² Sobre os aldeamentos ver: LANGER, 1997; FLORES, 2001; GARCIA, 2007; KÜHN, 2007; SIRTORI 2008; MELO, 2010.

³ Sobre a Fronteira de Rio Pardo ver: GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas das fronteiras de Rio Grande e Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

Utilizando-se dos registros paroquiais de batismos da Capela de Santa Maria, Livro I e II (1814-1845), este artigo apresenta suas primeiras notas sobre uma pesquisa mais ampla que se realiza, neste momento, no mestrado. Ela se refere ao processo migratório, à acomodação de parte desta população e as formas de integração destes índios à sociedade luso-brasileira oitocentista. Os dados foram extraídos a partir das 814 cerimônias de batismos que envolveram guaranis das missões na referida Capela, correspondendo ao período que vai de 1814 até 1845, data de encerramento deste livro. Estes assentos foram digitalizados em uma planilha tipo *Excel For Windows*, agregando 50 campos analíticos.

Eles correspondem a todas as informações, reiteradas ao longo do tempo, presentes no corpo do assento, como por exemplo: nome do batizando; nome de sua mãe e seu pai, nome do padrinho e da madrinha; condição jurídica (livre ou escravo) do batizando; cor da pele; naturalidade dos pais; condição jurídica dos pais e dos padrinhos; nome dos avós e naturalidade dos mesmos, entre outros.

Os registros paroquiais são largamente utilizados nas áreas de história da família, demografia histórica, história da escravidão e, também, para o estudo e entendimento das hierarquias sociais estabelecidas nas relações de compadrio.⁴ Aqui, no entanto, o foco será em torno dos padrões de migração encontrados inicialmente entre os pais e mães, classificados pelos padres como índios, extraídos através do uso seriado dos registros de batismo.

Mudando de Lado: do Império Espanhol para o Império Português

Em 1801, um grupo de luso-brasileiros chefiados por José Borges do Canto anexou sete dos povos que formavam as antigas 30 reduções jesuítico-guaranis – pertencentes à Espanha – aos domínios da Coroa Portuguesa. A região ficava na margem oriental do rio Uruguai, divisa com as colônias espanholas, hoje atuais Argentina e Uruguai. Estes povos são conhecidos na historiografia sul-riograndense como *sete povos das missões orientais*. Contudo, esta denominação passou a ser usada pelos portugueses após a conquista daqueles territórios.⁵

⁴ Ver estudos recentes acerca do compadrio e hierarquia social em: (HAMEISTER, 2006; BRÜGGER, 2007; SIRTORI, 2008; FRAGOSO, 2008; FARINATTI, 2010).

⁵ Este território era formado pelas reduções de: São Nicolau; São Miguel e São Luiz, fundadas em 1687; São Borja (1690); São Lourenço (1691); São João Batista (1698); Santo Ângelo (1706).

Um ano depois da incorporação definitiva daquela faixa de terras às possessões portuguesas na América, apresentou-se a um militar português, no Povo de São Borja, um guarani de nome João Antonio Yaicha, Capitão dos Naturais, dizendo que ele e seus soldados eram vassalos do rei português.⁶ O índio relatou ao militar que quando se publicou a guerra entre Portugal e Espanha, ele, em conjunto com seus soldados, decidiram não obedecer a Coroa Espanhola.⁷ Depois que soube da entrada do Capitão Borges do Canto no Povo de São Miguel, no dia 10 de agosto de 1801, intentou defender o referido Povo de São Borja dos espanhóis, pelo desejo que tinha em servir ao rei português.

A insubordinação dos guaranis de São Borja não terminou aí. Segundo ele, João Antonio, fez prender o administrador espanhol daquele povo, remetendo-o, no dia 25 de agosto daquele ano, ao Capitão Borges do Canto que se achava em São Miguel. Enquanto isso, o guarani João Antonio, animava aos demais índios de São Borja para defenderem o lugar, enquanto esperava por ajuda do Capitão Canto, a qual não recebeu. Conseguiu juntar 10 homens, três com armas de fogo e os demais com arcos e flechas, permanecendo eles sozinhos na defesa da povoação, até o dia 5 de setembro quando se uniu a eles 19 homens vindos do Boqueirão do Santiago.⁸ Sofreram vários ataques dos espanhóis. Passaram, então, a patrulhar e guarnecer a costa oriental do rio Uruguai, ajudando aos portugueses com todos os seus soldados. João Antonio, Capitão dos Naturais, ao apresentar-se ao militar português, naquele ano de 1802, seguiu seu relato argumentando que:

E como agora não há certeza de como ficaram estes Povos para o futuro, portanto, pede a Vossa Majestade, caso fique estes Povos para a Espanha, como de antes, lhe conceda ao supradito (**João Antonio**) e seus soldados, e **famílias, respectivas** retirarem-se para as Fronteiras do Rio Pardo, determinando-lhes o Senhor Governador um pedaço de Campo, onde se conservem o supradito e seus soldados em defesa da referida Coroa de Portugal, onde mais útil for à mesma Coroa, isentando-lhes de outros serviços que não pertençam às armas (grifos nossos).⁹

⁶ Fundo Autoridades Militares. Joaquim Felix da Fonseca. Maço 3 (1802). AHRGS.

⁷ Trata-se da *guerra das laranjas*, curto período beligerante entre Portugal e Espanha.

⁸ Boqueirão do Santiago, hoje, é um município da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

⁹ Fundo Autoridades Militares. Joaquim Felix da Fonseca. Maço 3 (1802). AHRGS.

O relato do Capitão de Naturais, guarani João Antonio, permite uma série de interpretações. A mais nítida, talvez, seja a estratégia adotada por este índio para conseguir suas *mercês*, (passagem para o lado português, campos para morarem e isenção de trabalhos fora das armas) por terem defendido o Povo de São Borja em nome do rei português. Contudo, aqui, destaca-se o pedido feito por João Antonio de poder ele e seus soldados, retirarem-se para a Fronteira do Rio Pardo, atual região central do Rio Grande do Sul, com suas respectivas famílias. Um indício claro da retirada de parte das populações guaranis dos territórios orientais do rio Uruguai. Como já destacou Guillermo Wilde (2003), as estratégias tomadas pelos guaranis reduzidos, após a expulsão dos jesuítas das colônias espanholas, foram variadas. O documento torna evidente uma destas estratégias, apontando a direção que alguns guaranis tomaram frente a um contexto de indefinições e de incertezas na fronteira; qual seja, retirarem-se para a mesma região onde anos mais tarde se formaria o povoado depois Capela de Santa Maria.

Evidentemente, o relato não afirma em qual localidade da Fronteira do Rio Pardo fixaram-se João Antonio e seus soldados com suas famílias. Nem mesmo se os pedidos feitos se concretizaram. No entanto, a partir dele, é possível sugerir que muitos outros guaranis das missões tenham decidido trocar de lado; saindo do julgo da Espanha para tornarem-se vassallos do rei português. Isso, como já demonstrou Elisa Garcia (2007), era de grande interesse da Coroa Portuguesa que vinha desde o século XVIII mantendo uma política de atração destas populações para seus domínios.

É possível, também, que alguns destes milicianos tenham se instalado em Santa Maria, como atestam os registros paroquiais de batismos desta localidade como se verá a seguir.

A Capela de Santa Maria e os Guaranis das Missões

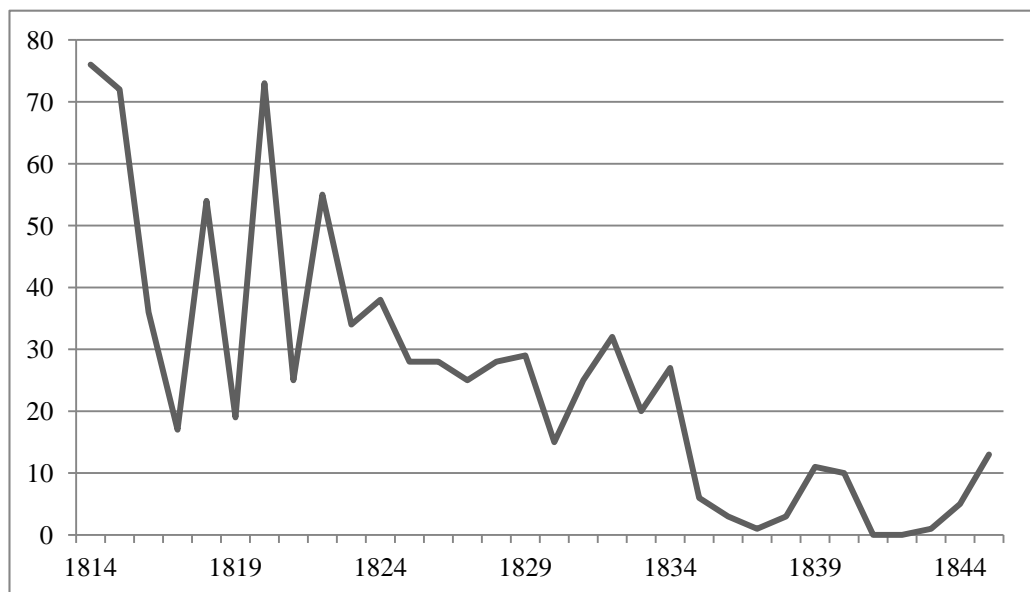
O povoado de Santa Maria originou-se a partir de um acampamento erigido por tropas lusitanas que faziam a demarcação da nova fronteira estabelecida pelo tratado de *Santo Ildefonso*, de 1777, entre os domínios portugueses e espanhóis, na região do Prata. Porém, foi somente a partir de 1803, que o povoado passou a contar com significativo incremento populacional, incluindo 50 famílias de guaranis das missões (QUEVEDO, 2010). Em 1812, Santa Maria foi elevada a categoria de Capela Curada,

tendo iniciado suas atividades sacramentais no ano de 1814, como atesta a nota de abertura do Livro I de batismos. O local, desde sua origem, servia como base avançada da Fronteira do Rio Pardo, através da qual se promovia o avanço para oeste, mais precisamente, até à costa oriental do rio Uruguai, atual região oeste do Rio Grande do Sul (FARINATTI, 2010).

Ao que tudo indica, esta localidade serviu, também, de alternativa para uma parte dos guaranis das missões que decidiu passar para o lado português. O lugar também contava com um aldeamento composto por índios missioneiros, fazendo com que, possivelmente, a localidade não fosse um lugar totalmente desconhecido por eles. Há autores que defendem a tese de que este lugar teria sido uma antiga redução, formada ainda na primeira metade do século XVI (QUEVEDO, 2010). A partir de 1814, observa-se, pelos registros de batismo, a ocorrência de fluxos migratórios contínuos, realizados por guaranis oriundos dos 30 povos das missões jesuíticas para a Capela de Santa Maria.

Observando o número de cerimônias por ano, verifica-se uma média de 20 comparecimentos de guaranis na pia batismal da Capela de Santa Maria. Contudo, o padrão encontrado mostra uma absoluta irregularidade na ocorrência destes batismos, com baixas e sobressaltos bem acentuados como é possível perceber pelo gráfico a baixo:

Gráfico 1: Ocorrência de Batizados de Guaranis a cada Cinco Anos (Capela de Santa Maria, 1814-1845)



Fonte:

Registros de Batismo. Santa Maria da Boca do Monte. Mitra Diocesana de Santa Maria (1814-1845).

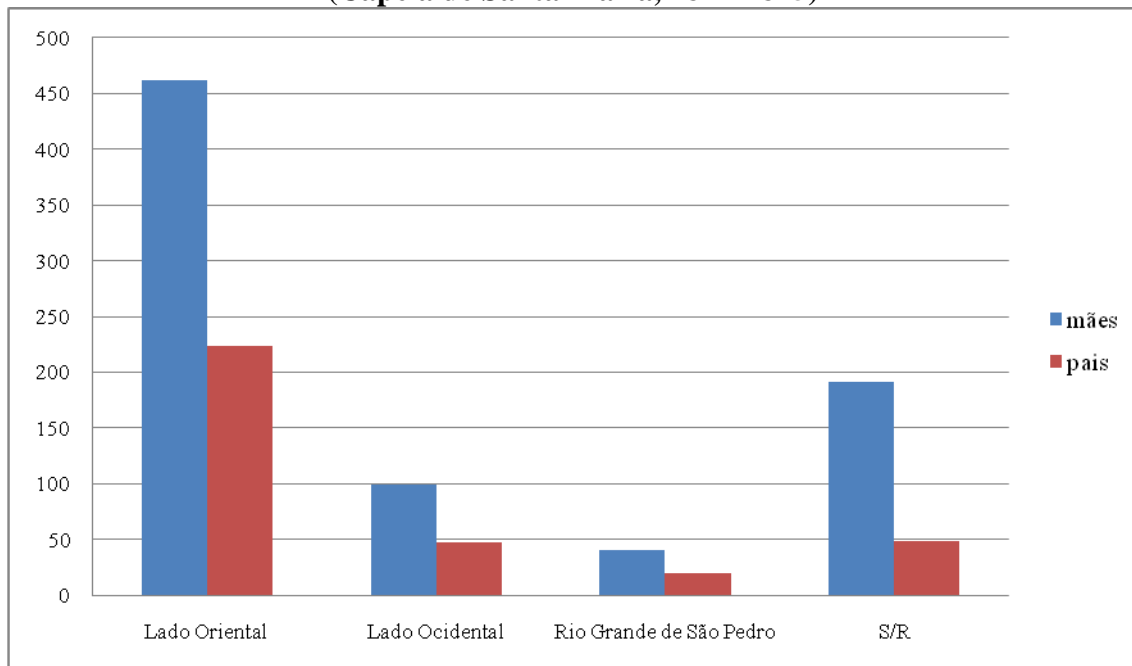
O gráfico “1” mostra fortes oscilações nas cerimônias batismais que se concentram, sobretudo, entre os anos 1814-1824. A este fator é preciso se levar em conta algumas variáveis. A primeira seria a própria disposição dos padres em ministrar os sacramentos. Em uma carta do oficial comandante da Capela Santa Maria, por exemplo, há queixas de sua parte em respeito à igreja da localidade que, segundo ele teria caído em desgraça depois que o reverendo José Correia Leites tomou conta dela. Entre as queixas do comandante consta “a descontinuidade dos sacramentos”.¹⁰ Outro fator que poderia interferir na ocorrência dos batizados reside na procura do batismo por parte dos índios. Em terceiro, e talvez mais determinante, fosse a situação de fronteira experimentada pela povoação da Capela.

Durante o período estudado, houve diversas guerras que, por sua vez, mobilizava toda esta região. As agitações da banda oriental ocasionadas pelas movimentações de José Artigas pela fronteira, (1811-1820), as guerras de independência do Uruguai (Cisplatina 1825-1828), e guerra Farroupilha (1835-1845) ilustram muito bem um quadro de profundas instabilidades que poderiam ter interferido na migração dos guaranis e, até mesmo, no funcionamento da igreja em Santa Maria, produzindo este reflexo nas fontes. Mas é durante a guerra farroupilha que se verifica uma maior queda na frequência de batizados. Entre os anos de 1840-1842, por exemplo, não houve nenhum batismo, o que sugere uma relação direta com a guerra.

Destes guaranis que migraram para a Capela de Santa Maria, no entanto, a ampla maioria era oriunda dos povos que se localizavam na margem oriental do rio Uruguai, como é possível visualizar com o auxílio do gráfico que segue:

¹⁰ Fundo Autoridades Militares. João Machado de Bittencourt. Maço 95 (1823). AHRGS.

Gráfico 2: Origem das mães e pais de batizados índios em relação ao Rio Uruguai (Capela de Santa Maria, 1814-1845)



Fonte: Registros de Batismo. Santa Maria da Boca do Monte. Mitra Diocesana de Santa Maria (1814-1845).

Observa-se que entre os assentos com referência de origem, 301 registros para pais e 601 para mães, 75% e 77%, respectivamente, eram naturais dos povos orientais do rio Uruguai. Entre os naturais do lado ocidental, verifica-se a presença de guaranis vindos de várias povoações das antigas reduções jesuíticas espalhadas pela margem ocidental do rio Uruguai. Estes assentos correspondem a 15% para pais e 16% para mães. Também se fazem representar nos batismos guaranis naturais de Vilas e aldeamentos do Rio Grande de São Pedro, embora em número reduzido, chegando a 7% para ambos.

A diferença entre pais e mães nas migrações, como demonstra o gráfico “2”, explica-se pelo fato de os padres terem classificado grande parte dos batizados como filhos de pai incógnito. Há, com isso, a necessidade de se observar a legitimidade entre os guaranis das missões. Entre os 814 assentos encontrados, 55% deles não apresentam o nome do pai. Em um primeiro momento, poderia se pensar em anomia por parte das mulheres guaranis. Saint-Hilaire, cruzando pelo Rio Grande de São Pedro, em 1820, destacou que “as mulheres guaranis, não tendo nenhuma ideia de futuro, não podem possuir pudor” (1999, p. 156). O viajante, seguindo sua descrição completou dizendo

que elas “entregam-se ao primeiro que se apresenta, seja negro, seja branco, e a mais das vezes não exigem retribuição alguma” (1999, p. 157).

Entretanto, o mesmo viajante, em passagem pela Capela de Santa Maria no mesmo ano de 1820, observou que nas “estâncias dos arredores de Santa Maria há índios desertados das aldeias. Os homens empregam-se como peões e tem consigo toda sua família” (1999, p. 173). Como se vê, a ambiguidade presente na narrativa deste viajante, frente ao comportamento das mulheres guaranis, possibilita, por sua vez, que se façam outras colocações. Os assentos compostos por filhos legítimos entre os guaranis da Capela de Santa Maria chegam a 45% do total; percentual nada desprezível. Ou seja, trata-se de filhos concebidos dentro do sacramento matrimônio, que correspondia à forma considerada legítima pela igreja de união entre um homem e uma mulher.

Centrando-se nos filhos classificados com o binômio *pai incógnito*, verifica-se que entre estes, em alguns casos, os padres classificaram as mães com a expressão *mãe solteira*, totalizando 23% (183 registros) do total de assentos. Esta situação, no entanto, exige alguns apontamentos iniciais. Uma hipótese para tal fato reside no decréscimo demográfico dos homens guaranis, os quais se encontravam nas guerras, tanto do lado espanhol quanto do lado luso-brasileiro. Sabe-se que ambos se valeram das milícias formadas por índios das reduções nas contendas de fronteira. Saint-Hilaire ([1820] 1999) de passagem pelos povos missioneiros orientais, em 1821, reparou que a população era composta, em sua maioria, por velhos, mulheres e crianças. Possivelmente, os homens em idade produtiva, não detectados pelo viajante, estivessem integrando estas milícias, contudo, esta é uma hipótese que precisa ser melhor avaliada.

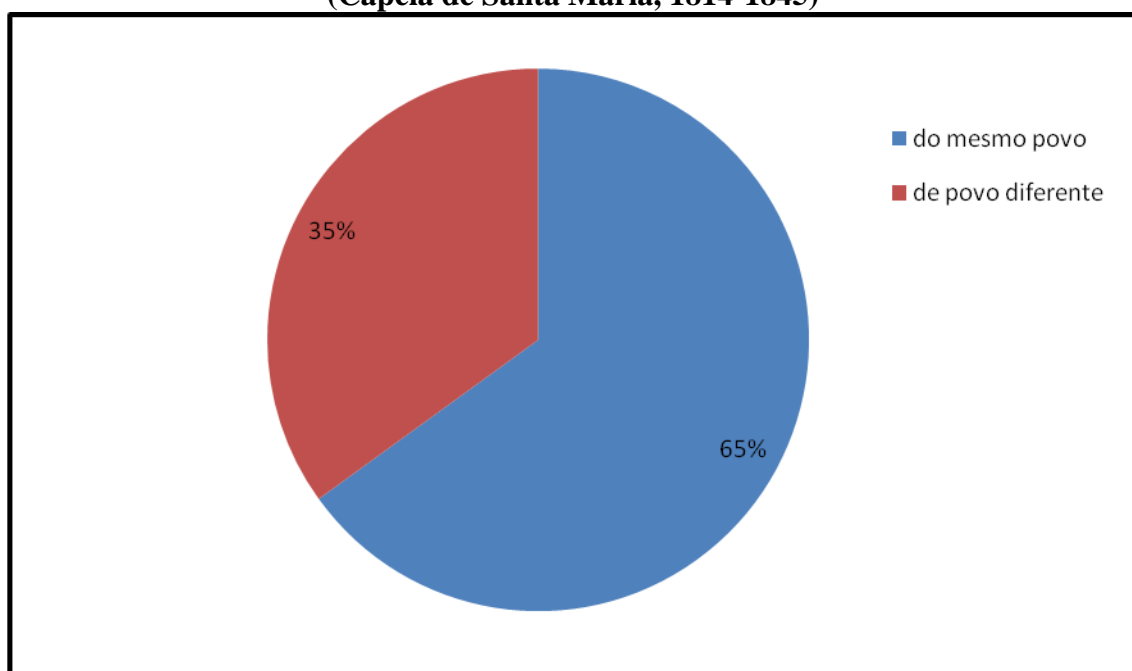
Voltando a questão da legitimidade, é importante ressaltar que os 45% de filhos legítimos representam, sobretudo, a existência de famílias missionieras na Capela de Santa Maria. Entre os ilegítimos, muito possivelmente, também pode ter ocorrido a formação de famílias, porém, não reconhecidas pela igreja. Observa-se que pelo menos 19 casais batizaram mais de um filho, o que sugere a existência de um núcleo duro de moradores missioneiros. Soma-se a estes outros 11 registros em que aparece a mãe sendo *solteira*, residindo como *agregada* de outrem. É o caso de Joanna solteira, “china”, agregada de Thomazia da Costa.¹¹

¹¹ Registros de Batismo. Santa Maria da Boca do Monte. Mitra Diocesana de Santa Maria (1814-1845).

Estes dados sugerem, por outro lado, que, possivelmente, havia uma circularidade territorial entre os guaranis, visto que o número de casais que batizaram mais de uma vez é quase residual frente à totalidade de cerimônias de batismos que envolveram guaranis das missões.

Focando nos padrões de legitimidade, por sua vez, entre os 352 registros arrolados para filhos legítimos, verifica-se a ausência de uniões mistas, ou seja, de guaranis com outros como, luso-brasileiros, escravos e libertos. Isso, porém, não significa dizer que não ocorreram casamentos entre luso-brasileiros, guaranis, escravos ou libertos. Os dados apontam, antes de tudo, para uma forte endogenia nas relações de matrimônio estabelecidas pelos guaranis das missões. Isto se torna mais surpreendente ao observar o gráfico que segue:

Gráfico 3: Registros com Pai e Mãe do mesmo Povo entre os Filhos Legítimos (Capela de Santa Maria, 1814-1845)



Fonte: Registros de Batismo. Santa Maria da Boca do Monte. Mitra Diocesana de Santa Maria (1814-1845).

Observa-se pelo gráfico “3” que o conjunto dos pais e mães missioneiros, casados, que levaram seus filhos ao batismo, em sua ampla maioria, era formado por

Livro I, folha 194v.

naturais de um mesmo povo. Isso vem a reforçar ainda mais o padrão de endogenia entre os guaranis. Também é notável aspectos de sua territorialidade. O que se vê, inicialmente, é que as migrações ocorriam em grupos familiares pertencentes a uma mesma localidade. É necessário compreender melhor como era a relação e noção de território que possuíam. Para o caso da Capela de Santa Maria, torna-se necessário incorporar informações dos registros de matrimônio percebendo se mesmo fora das missões os guaranis mantinham este tipo de comportamento.¹²

Em trabalho anterior, realizado em conjunto com Luís Augusto Farinatti, foi feito um estudo comparativo, a partir de registros de batismo, entre as Capelas de Santa Maria e Alegrete (1812-1827).¹³ Os padrões de fluxo migratório e legitimidade para estas duas localidades são semelhantes e reiteram o aspecto de migrações coletivas para fora dos povos missioneiros. Em Alegrete, Farinatti demonstra que entre os registros de filhos legítimos 55% das mães e 44% dos pais que aparecem nos assentos batismais eram naturais das missões orientais. Entre o total de batizados envolvendo guaranis, 85% deles apresenta pai e mãe naturais de um mesmo povo.

Mesmo que estes dados pareçam contundentes, seria necessário realizar estudos com metodologia semelhante à empregada aqui em outras localidades que tenham, por ventura, contado com certa parcela de população missioneira. Ainda, faltariam estudos de caso, especificamente, sobre os povos orientais do rio Uruguai, visando compreender em que medida os guaranis saíram de lá e mesmo se retornaram. Com isso, os estudos se completariam, fechando em duas frentes: uma dando conta da dinâmica interna dos povos missioneiros e a saída de parte de suas populações para outras partes do Rio Grande de São Pedro ou mesmo para o lado ocidental do rio Uruguai; outra compreendendo da inserção/ou não destas populações a totalidade social da América Portuguesa, depois Império do Brasil – proposta central da pesquisa a qual se vincula este artigo.

Sobre esta questão, torna-se pertinente observar, também, os padrões de compadrio entre os guaranis das missões. A exemplo da predominante endogenia no

¹² Estes dados serão utilizados na elaboração da dissertação de mestrado.

¹³ FARINATTI, Luís Augusto; RIBEIRO, Max Roberto P. Guaranis nas capelas da fronteira: migrações e presença missioneira no Rio Grande de São Pedro (Alegrete e Santa Maria, 1812-1827). In: *XII Simpósio Internacional HIU. A experiência missioneira: território, cultura e identidade*, CD-ROM, 2010.

matrimônio, o compadrio entre eles segue esta mesma tendência. Destaca-se no compadrio a mulheres guaranis, amplamente mais requisitadas. Elas estiveram presentes em nada menos do que 538 batizados; equivalente a 66% do total. Entre os homens, há certo equilíbrio entre padrinhos índios e luso-brasileiros, correspondendo a 41% e 37% respectivamente. As madrinhas luso-brasileiras correspondem a 27% e as escravas não se fizeram presentes na pia batismal. Já os padrinhos escravos chegam a 2% do total.

A alta concentração de madrinhas guaranis é semelhante ao que já foi observado em algumas comunidades escravas (BRÜGGER, 2007). Estas mulheres ocupavam papel predominante na educação e cuidados de ordem múltipla junto com as mães. Estas madrinhas também poderiam ser parteiras, aumentando ainda mais as chances de ser convidada a ser madrinha e, além de tudo, também é possível que elas ocupassem lugar de destaque nas hierarquias sociais tanto dos guaranis quanto dos próprios luso-brasileiros. Entre as madrinhas o nome que mais se repete é o de Maria “china”, acumulando um total de 12 registros. Pode não se tratar da mesma pessoa, pois o único dado fornecido pelos padres sobre ela é em relação ao seu estado de solteira. Se for, ela é a mulher que mais batizou entre os guaranis da Capela de Santa Maria.

Entre os homens, há dois nomes. Um é de André Ribeiro de Cordova, Alferes e comandante da Capela entre 1817-1820. Foi requisitado em 13 cerimônias. Em 7 delas, acompanhado de sua mulher, Dona Maria Perpétua da Conceição. O outro é o índio guarani Felipe Santiago, convidado 9 vezes para apadrinhar, também junto com sua mulher, a índia guarani Maria Gertrudes, os dois naturais do Povo de São Luiz. Este é outro dado incomum nos batismos; a naturalidade dos padrinhos. Eles aparecem apenas nos assentos feitos pelo padre José Correia Leites, o mesmo que sofreu críticas do Comandante José Machado de Bittencourt, em 1823. Em 11 deles, é possível notar que os padrinhos possuíam o mesmo lugar de nascimento dos pais do batizando, o que sugere, novamente, que as migrações de cada povo faziam parte um projeto elaborado coletivamente.

Considerações Finais

Em primeiro lugar, torna-se pertinente ressaltar a importância do uso de fontes paroquiais para o estudo das populações guaranis no Brasil do século XIX. Na historiografia brasileira há poucos estudos que se utilizam deste tipo de fonte para se

trabalhar com índios durante este período. O emprego deles nesta pesquisa, por exemplo, proporcionou observar um movimento importante de reorganização de parte da população missioneira frente às convulsões ocorridas em um contexto de disputas entre as Coroas espanhola e Portuguesa na região platina, tendo continuidade ou ainda se intensificado durante o processo de independência da Argentina, Brasil e Uruguai.

A política de atração luso-brasileira, inicialmente, parece ser um ponto de explicação importante no que se refere ao aparecimento de guaranis na Capela de Santa Maria e seus fluxos migratórios que, embora variáveis, foram constantes ao longo do período estudado.

Estes fluxos, ao que tudo indica, eram formados por grupos familiares que migravam em conjunto, vindos de um mesmo local de origem. Esta parece ser uma estratégia que envolvia também os padrinhos, tornando as levas migratórias mais amplas. Como hipótese, pensa-se que havia uma rede de reciprocidade e solidariedade que se reconfigurou frente a uma nova conjuntura instaurada na fronteira.

A endogenia no matrimônio e nas relações de compadrio pode esboçar a existência de grandes redes sociais em que se buscava a manutenção de um modo de vida próprio, defesa e proteção de seus membros e a busca por novos territórios. A importância do casamento entre homens e mulheres guaranis, nascidos em um mesmo local, corroboram com esta hipótese inicial. Contudo, deve-se levar em conta a alta concentração de filhos sem pai declarado que, por sua vez expressam a migração não só de famílias, mas, também, de mães solteiras que teriam decidido migrar em conjunto com outras famílias, ou ainda, migrado unicamente em razão da política de atração dos luso-brasileiros.

Há ainda que se buscar por indícios da permanência ou não destes guaranis na Capela de Santa Maria; saber qual o grau de sucesso foi obtido pela política integracionista luso-brasileira e como se organizaram os que efetivaram sua presença entre a sociedade em construção e sua conformação dentro desta nova ordem.

Fontes

Fundo Autoridades Militares. Anos 1801 a 1845. AHRGS

Livros de Batismos da Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte, nº 1-2, 1814-1845.

Referências

BAGUET, A. Viagem ao Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

BANDEIRA, L. A. Moniz. O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da Tríplice Aliança. Brasília: Editora UNB, 1995.

BELEM, João. História do Município de Santa Maria 1797-1933. 3 ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BELTRÃO, Romeu. Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho. 2ª Edição. Canoas (RS): Tipografia Editora La Salle, 1979.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. A Igreja Católica em Santa Maria: de capela militar a criação da diocese (1797-1910). IN: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (org). Nova História de Santa Maria: contribuições recentes. Santa Maria: [s.n.] 2010.

BURKE, Peter (org.): A Escrita da História. São Paulo: Editora UNESP, 1992
_____. A revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989. São Paulo: USP, 1991.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Escolha de Padrinhos e Relações de Poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850), In: CARVALHO, Jose Murilo de (org.). Nação e Cidadania no Império. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2007.

CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (org.). Domínios da História. RJ: Campus, 1997

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DREYS, Nicolau. Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do sul. Porto Alegre: Globo, 1961.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

_____. Família, Relações de Reciprocidade e Hierarquia Social na Fronteira Meridional do Brasil (1816-1845). X Encontro Estadual de História – ANPUH-RS: Santa Maria, 2010.

FRAGOSO, João. "Principais da terra, escravos e a República: o desenho da paisagem agrária do Rio Seiscentista," *Ciência e ambiente*, nº33 (2006).

FREITAS, Décio. *Escravidão de Índios e Negros no Brasil*. Porto Alegre: EST/ICP, 1980.

_____. *O Socialismo Missionário*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1982.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GARCIA, Elisa Frühau. *As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. (tese de doutorado)

GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas das fronteiras de Rio Grande e Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e Outros Ensaio*s. RJ: Bertrand Brasil, 1989.

GOLIN, Tau. *A Fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

_____. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos Jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GOLDSHMIT, Eliana Rea. *Casamentos Mistos: liberdade e escravidão em São Paulo colonial*. São Paulo: FAPESP, 2004.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: estados-nações e regiões provinciais no Rio da Prata*. GUAZZELLI, Cezar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo dos Santos (org). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2004.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros Batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (tese de doutorado)

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

JACQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1979.

KERN, Arno Alvarez. Missões: uma utopia política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. Práticas Indígenas nos Discursos de Políticos: histórias vividas por índios guaranis na Província de São Pedro. Anais do X Encontro Estadual de História: Santa Maria, 2010.

KÜHN, Fabio. O “Governo dos Índios”: a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780). Terceiro Encontro de Escravidão e Liberdade, 2006.

LANGER, Protásio. A Aldeia Nossa Senhora dos Anjos: a resistência do guarani missioneiro ao processo de dominação do sistema luso. Porto Alegre, EST Edições, 1997.

MENZ, Maximiliano. A Integração do Guarani Missioneiro na Sociedade Rio-grandense. Dissertação (dissertação de mestrado) – São Leopoldo: UNISINOS, 2001. (dissertação de mestrado)

NEUMANN, Eduardo. A Fronteira Tripartida: a formação do continente do Rio Grande – Século XVIII IN: GUAZELLI, Cezar Augusto Barcellos e NEUMANN, Eduardo dos Santos (org). Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2004.

PANIAGUA. Edson Romário Monteiro. Fronteiras, Violência e Criminalidade na Região Platina: o caso do município de Alegrete (1852-1864). São Leopoldo: UNISINOS, 2003. (dissertação de mestrado)

PORTO. Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821). Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

SANTOS, Julio Ricardo Quevedo. Rio Grande do Sul: aspecto das Missões Jesuíticas em tempo de Despotismo Esclarecido. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

SIRTORI, Bruna. Entre a Cruz, a Espada, a Senzala e a Aldeia: hierarquias sociais em uma área periférica do antigo Regime. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. (dissertação de mestrado)

WILDE, Guillermo. Los guaraníes despues de la expulsión de los jesuítas: dinâmicas políticas y transacciones simbólicas. Revista Complutense de História de América, 2001, n. 27, pp. 69-106.

_____. Territorio y Etnogénesis Misional en el Paraguay del Siglo XVIII. Fronteiras, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 83-106, jan./jun. 2009.